

16 de outubro: os açorianos vão a votos É tempo de refletir



16 de outubro foi a data escolhida pelo Presidente da República para as eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Marcelo Rebelo de Sousa tomou essa decisão depois de ter ouvido os partidos representados no parlamento regional. Ao lançar um inquérito aos partidos sobre matérias fundamentais da educação e da situação sócio-profissional dos docentes que trabalham no arquipélago (com destaque para a gestão, carreira e avaliação do desempenho, horários e condições de trabalho, ensino particular, cooperativo e solidário; educação especial e concursos), o Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) chama a atenção para quatro aspetos de viva atualidade:

PRIMEIRO

Os últimos quatro anos e meio foram devastadores para a sociedade portuguesa. As medidas impostas pela UE, pelo FMI e pelo BCE, conjugadas com opções políticas do governo português, resultaram no empobrecimento generalizado da população portuguesa, que se consubstanciou na destruição de empregos, no aumento da precariedade, no aumento dos horários de trabalho, na emigração, no aumento da carga fiscal, sobretudo nos impostos sobre o trabalho, mas também, na redução dos serviços do Estado, na redução dos apoios sociais e nos cortes dos vencimentos dos funcionários públicos e das pensões de reforma.

SEGUNDO

O atual Governo da República e a maioria que o sustenta têm tentado inverter alguns desses aspetos, repondo as 35 horas semanais de trabalho, os vencimentos dos funcionários públicos, embora de forma gradual, e as pensões de reforma, bem como eliminando, também gradualmente, a sobretaxa.

O Governo da República parece ter compreendido que a possibilidade de voltarmos a ter estruturas e serviços do Estado novamente funcionais passa pela aceleração da reposição de elementos contratualizados há muito com os seus funcionários. Foi anunciado, na sequência das medidas já referidas, o desbloqueamento do tempo de serviço a partir de janeiro de 2018 e o consequente desbloqueamento das carreiras.

Objetivamente, estamos a falar, no caso dos funcionários públicos, de trabalhadores que, atualmente, têm um rendimento equiparado àquele que tinham há mais de uma década, continuam a ser avaliados e o resultado dessa avaliação apenas tem efeitos penalizadores. Esta situação, a manter-se, torna insustentável o funcionamento de serviços públicos de qualidade e aumenta a desconfiança dos cidadãos, em geral, e dos funcionários públicos, em particular, relativamente ao Estado e ao seu contrato social.

TERCEIRO

Na Região Autónoma dos Açores, apesar de terem sido tomadas algumas medidas de forma a atenuar o impacto das nacionais, o cenário é em tudo idêntico ao do Continente, assumindo que foi no setor da educação aquele em que o distanciamento foi maior, uma vez que não foram tomadas as medidas mais gravosas que levaram ao maior desinvestimento de sempre na escola pública, no pós 25 de Abril de 1974, e que colocaram Portugal na cauda dos países da OCDE, relativamente ao investimento na educação.

Os sucessivos Governos Regionais, sobretudo dos últimos dezasseis anos, criaram um Sistema Educativo Regional, um Currículo Regional do Ensino Básico e renovaram e melhoraram o parque escolar. Como realça o SPRA, o setor da educação foi, sem dúvida, aquele em que a autonomia foi mais além nos desideratos políticos autonomistas e de maior latitude legislativa permitida sobretudo pela última revisão constitucional.

QUARTO

Os principais problemas do sistema educativo regional decorrem do atraso estrutural da Região, para além da ultraperiferia e da descontinuidade geográfica, é importante ter em conta o nosso ponto de partida, ou seja, o 25 de abril de 1974, os Açores já partem atrás da média nacional, no que diz respeito ao acesso à escolarização. Este estigma, alerta o SPRA, foi-se mantendo, mesmo nos períodos de alargamento da escolaridade obrigatória, em 1986 e 2011.

Para este atraso, certamente, contribuem as políticas, em geral, mas, seguramente, o facto de a Região ser muito dependente do setor primário na

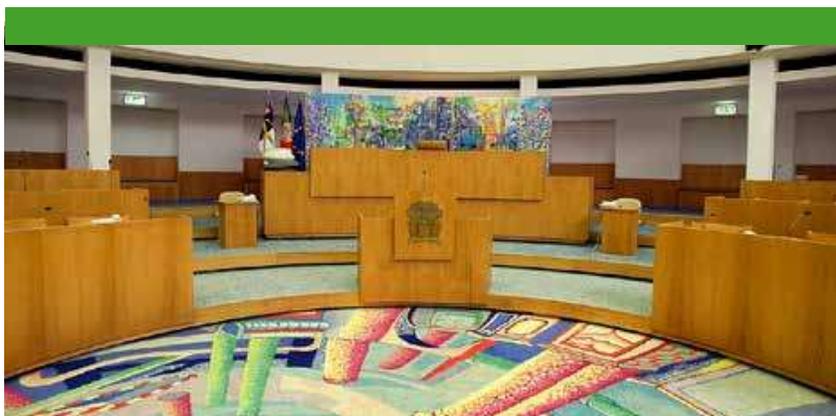
distribuição da população ativa e das próprias fragilidades do seu tecido social. Pensamos que foram feitos avanços significativos no setor da educação, tanto no Continente como na Região, mas que, de uma forma geral, mantivemos a equidistância relativamente ao atraso inicial. Ainda neste sentido, o INE, em 2012, produziu informação estatística sobre os Censos de 2011, relativamente a taxas de escolarização e absentismo escolar dos diversos concelhos do País.

Ao lermos a informação disponível, podemos concluir que, relativamente aos indicadores referidos, o concelho de Ponta Delgada é o que apresenta melhores

resultados nos Açores e está dentro da média nacional e os restantes concelhos de S. Miguel estão na cauda dos Açores e do País. Curiosamente, as taxas de insucesso mais elevadas dos Açores e as percentagens mais elevadas da população dependente de apoios sociais coincidem também com os referidos concelhos, o que nos remete para a questão inicial do atraso estrutural, que se repercute no tempo e que atravessa gerações. A inversão desta situação passa, como sempre, pela melhoria das condições de vida e por uma ação concertada e transversal nas áreas da educação e da ação social, conclui o SPRA. ●

SPRA solicita propostas para a Legislatura 2016/2020

Questões colocadas aos Partidos



1.

GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A Região Autónoma dos Açores é a única região do país que mantém os princípios gerais da democracia na gestão e administração escolar, o continente abandonou este modelo em 2008 e a Região Autónoma da Madeira tem um sistema misto. Objetivamente estamos a falar de um modelo com processos eleitorais, colegialidade e decisões participadas versus um modelo de concentração de poderes num órgão de gestão unipessoal, o diretor, que inibe as práticas democráticas colegiais, os processos eleitorais e até a participação dos docentes nas decisões pedagógicas.

A manutenção do atual regime de gestão e administração escolar na Região

Autónoma dos Açores continua a ser, para o Sindicato dos Professores da Região Açores, uma das características mais relevantes do Sistema Educativo Regional e um sinal político de distanciamento da lógica da escola-empresa centrada no órgão executivo unipessoal. Apesar da defesa intransigente do modelo vigente na Região, o SPRA considera que este pode ser melhorado, nomeadamente, com a possibilidade de os Coordenadores de Núcleo da Educação Especial e dos Diretores de Turma deixarem de ser nomeados pelos Conselhos Executivos e passarem a ser eleitos, à semelhança dos restantes coordenadores dos órgãos de gestão intermédia.

A) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar

politicamente um Governo minoritário a apresentar uma iniciativa legislativa no sentido de manter e aprofundar o atual regime de gestão escolar vigente?

2.

DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A presente conjuntura, embora com sinais de melhoria da situação profissional dos trabalhadores da administração central, regional e local, continua com sinais de grandes dificuldades, tanto para quem governa, como para as estruturas sindicais e, seguramente, para os trabalhadores e para as suas famílias. Executar políticas e avaliar trabalhadores, numa época em que se promete pagar, em outubro de 2016, o mesmo vencimento que os trabalhadores auferiam em 2010 e em que as carreiras estão bloqueadas há seis anos e não se vislumbra uma data exata para o seu desbloqueamento não se afigura tarefa simples. Estes são constrangimentos significativos, quer para quem governa, quer para as próprias instituições representativas dos trabalhadores.

O Sindicato dos Professores da Região Açores regista a aproximação geral aos princípios defendidos por esta estrutura sindical, no que diz respeito à orgânica do processo de avaliação do desempenho do pessoal docente e a equiparação da estrutura da carreira do pessoal docente da Região à do continente e a integração da avaliação de desempenho dos Conselhos Executivos no ECD. Contudo, ao verificarmos a conjugação do tempo de serviço congelado com as transições de carreira ocorridas em 2007 e 2016, será fácil concluir que a esmagadora maioria, senão a quase totalidade dos docentes, não terá tempo útil de vida profissional para chegar ao topo da carreira. Para o

SPRA, este alongamento artificial da carreira docente não só desvirtua as carreiras que foram negociadas como também põe em causa as legítimas expectativas dos docentes a uma carreira digna com as respetivas progressões em função da avaliação de desempenho.

Assim, defendemos o desbloqueamento da carreira a 1 de janeiro de 2017, a abertura de um processo negocial tendo em vista a recuperação do tempo de serviço congelado e o reposicionamento de todos os docentes na atual carreira em função do tempo de serviço realizado e avaliado.

A) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário, a apresentar uma iniciativa legislativa com o intuito de reposicionar na carreira os docentes que foram sistematicamente prejudicados pelas normas de transição entre as carreiras de 2007 e 2016?

B) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário, a, no início da legislatura, encetar um processo negocial com vista à recuperação do tempo de serviço congelado?

3.

HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

As alterações introduzidas, nesta matéria, ao Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores têm, globalmente, uma avaliação positiva por parte desta estrutura sindical, destacamos as alterações aos horários da Educação Especial, que se uniformizaram nos diversos grupos de recrutamento, e alguma flexibilização no cumprimento do horário de estabelecimento por parte dos docentes dos 2º, 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário. Ficaram, contudo, por resolver, duas questões de princípio para esta estrutura sindical, a homogeneização dos horários da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico com os restantes ciclos de ensino, bem como das reduções da componente letiva por antiguidade.

O fim do regime especial de aposentação dos docentes em monodocência veio aprofundar a injustiça que representa a discriminação dos docentes destes níveis/ciclos de ensino relativamente aos restantes, no que diz respeito ao acesso às reduções da componente letiva por antiguidade. A oferta curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico, que, em termos práticos, veio alterar o paradigma da monodocência, veio permitir a possibilidade de se fazer a uniformização dos horários bem como a uniformização das reduções da

componente letiva por antiguidade. No processo negocial do ECD, a tutela bem como no âmbito da CAS, o partido que sustenta o Governo, não foram sensíveis aos argumentos apresentados pelo SPRA.

A) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário, a apresentar uma iniciativa legislativa com o objetivo de proceder à uniformização dos horários docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico com os dos outros ciclos de ensino?

B) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário, a apresentar uma iniciativa legislativa com o objetivo de proceder à uniformização das reduções da componente letiva por antiguidade dos docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico com as dos outros ciclos de ensino?

4.

ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E SOLIDÁRIO

A Região, ao nível das instituições de solidariedade social, apresenta uma disparidade significativa dos horários de trabalho das educadoras que trabalham nestas instituições. Considerando que os vencimentos destas docentes são suportados exclusivamente pelo erário público e considerando que existem docentes com cargos de gestão intermédia que não beneficiam de qualquer gratificação ou redução do horário de trabalho

A) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário a apresentar uma iniciativa legislativa com o objetivo dos docentes em serviço nas IPSS retenham o mesmo horário de trabalho que os seus congéneres do ensino público?

B) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário, a apresentar uma iniciativa legislativa com o objetivo de atribuição de uma gratificação ou redução da componente letiva a estes docentes?

5.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

O sucesso escolar, em alguns países, provém da implementação de políticas de prevenção em detrimento da remediação, obtendo uma diminuição de custos e um aumento das oportunidades de sucesso das crianças e das suas famílias. Embora, desde 2012, e após um interregno de

cinco anos, a Região tenha regulamentado a intervenção precoce, esta valência educativa mantém ainda fortes lacunas e uma qualidade diversa de ilha para ilha.

O SPRA/FENPROF, no presente ano letivo, elaborou um inquérito sobre a situação da Educação Especial na Região, o referido inquérito cobriu a totalidade das ilhas e cerca de 70% das unidades orgânicas. A principal lacuna referida foi a falta de colocação de recursos humanos (docentes especializados, psicólogos, terapeutas da fala, técnicos de educação especial e reabilitação, entre outros), para garantir a quantidade e a qualidade do apoio previsto nos projetos educativos individuais dos alunos com necessidades educativas especiais.

A) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário, a apresentar uma iniciativa legislativa com o objetivo de reforço dos recursos humanos no âmbito da intervenção precoce?

B) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário, a apresentar uma iniciativa legislativa para o reforço dos quadros técnicos e de docentes especializados nas unidades orgânicas?

6.

CONCURSOS DE PESSOAL DOCENTE

O recrutamento do pessoal docente, pelas implicações que tem na vida pessoal e profissional dos docentes, constitui um assunto de grande importância para estes profissionais. Nesta matéria, o SPRA defende os seguintes princípios:

1. Concursos centralizados;
2. Concurso para mudança de quadro anual;
3. Concurso para ingresso no quadro anual;
4. Concurso de afetação anual;
5. Contratação anual;
6. Impossibilidade de renovação de contratos anuais.

A) Compromete-se o seu partido, caso seja Governo ou venha a sustentar politicamente um Governo minoritário, a apresentar uma iniciativa legislativa com o objetivo de, no início da legislatura, encetar um processo negocial de alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A de 30 de Maio de 2012 (Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário) com vista à reposição da periodicidade anual para todas as fases de concurso (interno, externo, afetação e contratação)? ●

Propostas para a Legislatura 2016/2020

O que os partidos têm para nos dizer



PS – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A) O compromisso do PS/Açores é a manutenção do sistema que permite uma gestão democrática das nossas Unidades Orgânicas. O PS/Açores está sempre disponível para, em acordo com os parceiros sociais, encontrar as melhores soluções para o sistema educativo regional.

2. DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A) A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprovou, recentemente, alterações nesta matéria, por iniciativa do governo de responsabilidade do PS/Açores.

O PS/Açores estará sempre disponível para melhorar o sistema educativo regional e se tal se mostrar necessário, no entanto, qualquer alteração que no futuro possa ser feita nesta matéria, em articulação com os parceiros educativos, não pode deixar de ter em conta o enquadramento nacional relativamente às carreiras da função pública.

B) Como é do conhecimento público esta é uma matéria cuja alteração não depende, directamente das competências legislativas da Região. O PS/Açores tendo uma postura responsável e franca, para com os açorianos, sabe que não pode assumir compromissos cujo cumprimento não dependem da Região.

3. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DETRABALHO

A) Esse assunto é outra matéria constante no Estatuto da Carreira Docente, documento alterado recentemente, com melhorias reconhecidas pela vossa estrutura sindical. No entanto o PS/Açores está sempre disponível para, em acordo com os parceiros sociais, encontrar as melhores soluções para o sistema educativo regional.

B) A resposta a essa questão é exactamente a mesma que a dada à anterior.

4. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E SOLIDÁRIO

A) O compromisso do PS/Açores é garantir que as crianças e jovens dos Açores, os que frequentam o sistema público ou privado, tenham um ensino de qualidade, cada vez mais atual e qualificado. Relativamente aos docentes, o PS/Açores considera-os uma peça essencial para a permanente qualificação do ensino na região. Essa preocupação estende-se ao ensino particular, cooperativo e solidário. Lembramos que foram os governos de responsabilidade do partido socialista que introduziram alterações ao método de recrutamento dos docentes para o ensino privado, nomeadamente a obrigatoriedade de abertura de concursos de horários completos, sempre que possível, e sempre que as instituições sejam subsidiadas por dinheiros públicos.

B) A gestão das instituições de ensino privado, cooperativo e solidário têm uma estrutura e operacionalização próprios pelo que a administração regional tem limitações de intervenção pela própria natureza do tipo de ensino. O PS/Açores considera que esta matéria pode ser debatida em fóruns tripartidos com representantes do sector, dos parceiros e do Governo no sentido de poderem ser encontradas as melhores soluções tendo em conta o objectivo final de melhoria do sistema de ensino dos Açores.

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A) A intervenção precoce é uma matéria muito cara ao PS/Açores. O mesmo pode ser constatado por tudo o que desenvolvemos nessa área na legislatura que agora finda. Os recursos humanos, docentes e técnicos especializados de várias áreas que, na legislatura que decorreu, temos vindo a integrar nas nossas Unidades Orgânicas e nas múltiplas equipas de acção social demonstram, bastante bem, o empenho e o compromisso que temos para com os Açorianos nesse assunto.

B) Sendo certo que a integração de docentes e de técnicos especializados ao serviço do sistema educativo regional não se faz apenas nos e para os quadros das nossas Unidades Orgânicas, os vários concursos de pessoal docente que decorreram, na legislatura que agora termina, em que passaram aos quadros de escola mais

de 300 docentes, são demonstrativos do cuidado que o PS/Açores tem em integrar os docentes e técnicos especializados necessários, em favor do Projecto colectivo de melhoria global do sistema educativo regional e dos resultados dos nossos alunos, designadamente através da implementação e integração de programas específicos como é o caso do ProSucesso.

6. CONCURSOS DE PESSOAL DOCENTE

A) O compromisso de reavaliação do regulamento de concurso do pessoal docente, em particular na questão da reposição da periodicidade anual, foi anunciado pelo presidente do PS/Açores, no encerramento do congresso do PS/Açores. O anúncio feito, a 20 de março, visou não só as matérias elencadas por vós como outras, nomeadamente, a questão da permanência por três anos na mesma Unidade Orgânica. ●



PSD – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A) A educação é o pilar fundamental para o desenvolvimento de qualquer região, razão pela qual o PSD/Açores pretende um sistema educativo regional assente no desenvolvimento de uma cultura escolar de cooperação, ajustada às características da região, de modo a promover melhores resultados educativos. Este desiderato assentará em quatro princípios, um dos quais, é certamente o alargamento da autonomia das escolas.

Para o PSD/Açores é necessário atribuir a devida importância aos contextos socioeconómicos no ensino, promovendo estruturas de ensino diferenciadas, que resultem das respostas das escolas à complexidade social e cultural da população; ter escolas mais atentas e cooperantes com as necessidades das comunidades locais. E essa realidade será alcançada, fruto dos contratos de autonomia celebrados com cada escola.

Neste sentido, conforme plasmado no programa eleitoral do Governo 2016, o PSD/Açores assume o compromisso de adotar medidas que visem reforçar a autonomia das unidades orgânicas que consubstancia-se pela transformação do projeto educativo de cada estabelecimento de ensino num plano anual de melhorias, com objetivos e metas quantificáveis bem como definindo ações que possam conduzir à melhoria de resultados educativos. Este reforço de autonomia também passará por envolver os pais e os outros agentes da comunidade em novas abordagens de gestão partilhada associadas ao plano anual de melhorias.

2. DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A) A escola é encarada como a estrutura privilegiada para a aquisição de conhecimentos e competências necessárias para um indivíduo se formar como um cidadão ativo e apto a ingressar no mercado de trabalho, pelo que os professores de hoje desempenham um papel fundamental em todo este processo de formação.

Deste modo, o programa eleitoral do PSD/Açores propõe um novo ciclo para o sistema de ensino regional, consciente de que a melhoria dos resultados educativos envolve também a dignificação da condição socioprofissional dos docentes.

Assim, pretende o PSD/Açores suscitar a revisão do processo de transição da anterior para a nova estrutura da carreira, com o intuito de garantir equidade na duração da carreira dos docentes em exercício.

No mesmo sentido, pretende este partido político promover, em tempo oportuno, um processo negocial com vista à recuperação do tempo de serviço congelado, limitado às contingências orçamentais do Governo da Republica.

3. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A) Quando se fala na educação é logo dito que é necessário dar prioridade ao investimento público no setor da educação e da formação e encontrar formas mais eficientes de mobilização dos recursos financeiros disponíveis, no entanto, a principal solução para aumentar a eficácia do investimento na educação e na formação reside na melhoria da qualidade da prestação e na prevenção do insucesso escolar.

Assim sendo, o PSD/Açores é do entendimento que na busca de uma utilização mais eficiente dos fundos deve-se privilegiar as primeiras fases da educação, a fim de prevenir o insucesso escolar precoce e as suas consequências na idade adulta.

Proporcionar um ensino pré-escolar de elevada qualidade constitui uma forma de colmatar as desigualdades sociais e promover uma maior igualdade de oportunidades, essencialmente aos mais desfavorecidos.

Neste sentido, lutando por este ideal, este partido considera pertinente analisar a possibilidade de uniformização dos horários dos docentes do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico com os dos outros ciclos de ensino.

Na mesma linha de pensamento, o PSD/Açores compromete-se a analisar a questão da uniformização das reduções da componente letiva por antiguidade dos docentes dos níveis de ensino em causa com os restantes.

4. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E SOLIDÁRIO

A) Tendo o PSD/Açores presente a realidade regional quanto à diferenciação da situação profissional entre as educadoras que exercem funções nas instituições de solidariedade social e as suas congéneres do ensino público, quanto ao horário de trabalho e gratificação/redução de horário de trabalho, o PSD/A compromete-se a analisar estas questões na próxima legislatura e suscitar o debate das mesmas em plenário.

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

É ideia assente que o PSD/Açores defende o desenvolvimento de uma cultura escolar de cooperação, ajustada às características regionais, tendo por base a melhoria dos resultados educativos.

Por isso, tal como consta elencado no programa do Governo 2016, o PSD/Açores propõe alargar o âmbito de ação dos serviços de psicologia, orientação e intervenção social, recorrendo não só aos técnicos especializados existentes bem como as técnicos de serviço social de serviços locais a deslocar ou a contratar mediante as necessidades; envolvendo também professores com funções sociais alargadas e horários previstos para as mesmas (tutores, mediadores, coordenadores de gabinetes de mediação) e professores de educação especial.

Também apresenta como propostas renovar e capacitar equipas de corpo não docente para a intervenção educativa, elencando cum conjunto de medidas, como também criar um fundo de créditos horários que possam ser atribuídos às unidades orgânicas de funções sociais (de tutoria, mediação, colaboração com equipas de psicologia/orientação e intervenção social) ou apoio pedagógico dos docentes.

Avaliar e, sempre que necessário, reorganizar os recursos humanos e físicos

ligados à educação especial disponíveis em cada município ou ilha é compromisso assumido no programa.

Assim sendo, este partido compromete-se a desenvolver as iniciativas legislativas necessárias a fim de atingir as medidas acima apresentadas.

6. CONCURSOS DE PESSOAL DOCENTE

A) É do domínio público que o PSD/Açores pretende estabelecer concursos anuais de contratação docente, de acordo com as necessidades do sistema educativo regional, pelo que entende que se reveja, com a maior brevidade possível, o regulamento de concursos de pessoal docente existente na Região. ●



CDS-PP – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A) / B) No âmbito da gestão e administração escolar reconhece que é importante manter os princípios gerais da democracia na Região Autónoma dos Açores, mantendo o atual modelo que assenta nos processos eleitorais, colegialidade e participação dos docentes nas decisões pedagógicas. Todavia encontra-se disponível para introduzir melhorias no atual modelo, nomeadamente com a possibilidade de os Coordenadores de Núcleo da Educação Especial e dos Diretores de Turma deixarem de ser nomeados pelos Conselhos Executivos e passarem a ser eleitos, à semelhança dos restantes coordenadores dos órgãos de gestão intermédia

2. DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A) / B) Relativamente ao desenvolvimento da carreira e avaliação de desempenho, atendendo que o tempo de serviço congelado e as transições que se verificaram na carreira dos docentes impedem a grande maioria de em tempo útil de vida profissional atingir o topo da carreira, o CDS-PP encontra-se disponível para abrir um processo negocial com vista a melhorar o reposicionamento da carreira em função do tempo de serviço prestado e avaliado de todos os docentes que foram sistematicamente prejudicados pelas

normas de transição entre as carreiras de 2007 e 2016, criadas pelos Governos do Partido Socialista.

3. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A) / B) Em relação aos horários e condições de trabalho, o CDS-PP, encontra-se disponível para abrir um processo negocial, com vista à uniformização do horário dos docentes dos diferentes níveis de ensino, assim como das reduções da componente letiva por antiguidade.

4. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E SOLIDÁRIO

A) / B) No âmbito do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário, o CDS-PP encontra-se disponível para encetar um processo negocial com vista à uniformização dos horários e vencimentos dos docentes em serviço nas IPSS ao dos seus congéneres do ensino público.

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A) / B) Relativamente à Educação Especial, apostando garantidamente em políticas de prevenção em detrimento da remediação, o CDS-PP pretende que se realize um adequado levantamento dos recursos humanos e materiais necessários no âmbito da intervenção precoce e ao nível da Educação Especial e dotar estes serviços dos recursos necessários para que possam haver respostas adequadas fornecidas no âmbito da IP e Educação Especial, quer através dos Centros de Saúde, quer através das Unidades Orgânicas da Região Autónoma dos Açores. De recordar, que foi o CDS-PP quem no último ano questionou o Governo Socialista sobre o tipo de apoio que é prestado aos alunos com necessidades educativas especiais, censurando a falta de capacidade de resposta ao nível das Escolas e Centros de Saúde e a multiplicação de entidades privadas a intervir nessa área com financiamentos públicos.

6. CONCURSOS DE PESSOAL DOCENTE

A) No que concerne aos Concursos de Pessoal Docente, o CDS-PP encontra-se disponível para encetar um processo negocial para alterar o Regulamento de Concurso do Pessoal Docente com vista à reposição da periodicidade anual, tendo por base a estabilidade do corpo docente nas Unidades Orgânicas da Região Autónoma dos Açores e o respeito pela graduação profissional dos docentes, em linha com aquelas que foram as posições do partido na legislatura que agora termina. ●



Bloco de Esquerda

Bloco de Esquerda – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A) SIM!

2. DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A) SIM!

B) SIM!

3. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A) SIM!

B) SIM!

4. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E SOLIDÁRIO

A) SIM!

B) SIM!

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A) SIM!

B) SIM!

6. CONCURSOS DE PESSOAL DOCENTE

A) SIM! ●



PCP – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A) Os 40 anos da autonomia constitucional transformaram a face dos Açores, mas não resolveram questões sociais e económicas básicas e isso reflete-se, inevitavelmente, na educação e não me refiro aos resultados padronizados obtidos da análise de avaliações externas, como sejam os exames e outros instrumentos de cuja validade duvido, mas tenho consciência de qual é o seu objetivo.

A CDU defende, sempre defendeu, a gestão democrática da Escola. Seja qual for o próximo quadro parlamentar e o Governo que daí resultar, os deputados

eleitos pela candidatura da CDU irão tomar a iniciativa ou apoiar iniciativas que visem o aperfeiçoamento do modelo de gestão democrática da Escola Pública, designadamente a sua autonomia pedagógica, ou seja, iniciativas que visem a valorização dos Projetos Educativos de Escola e a sua autonomia.

A intrusão quotidiana por parte da administração educativa regional desvaloriza, não só o papel de cada uma das Unidades Orgânicas que desenvolvem a sua atividade educativa em contextos diferenciados, procurando uniformizar os processos de ensino e aprendizagem, que devem ser diferenciados e adaptados à realidade da população escolar, mas também a atividade docente, procurando funcionalizar a atividade docente, o que não me parece nem desejável nem pedagogicamente correto.

2. DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A) A defesa da valorização da carreira docente é uma luta que a CDU trava desde sempre. O reposicionamento dos educadores e professores na carreira é, antes de mais, uma questão de justiça.

Os deputados eleitos pela candidatura da CDU tomarão a iniciativa ou apoiarão iniciativas que visem repor a justiça e a valorização da carreira docente, aliás, como temos feito em anteriores legislaturas..

B) O congelamento do tempo de serviço é das medidas mais gravosas que atingiram a administração pública e, em particular, os educadores e professores. É sabido que se não houver descongelamento e recuperação do tempo de serviço para efeito de progressão de carreira, um grupo muito alargado de docentes não atingirá, em tempo útil, o topo da carreira.

Esta é uma prioridade política, que, tal como outras, para fazer vencimento, terá de ter o apoio da luta dos educadores e professores, sob pena de, em nome de uma qualquer conjuntura, o congelamento se perpetue. Lembro que, na história do movimento sindical unitário, os docentes já conseguiram, através da sua luta, recuperar tempo de serviço que parecia estar para ficar eternamente congelado.

3. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A) / B) Foi uma proposta que apresentámos durante a legislatura que agora finda, aquando da última revisão do Estatuto da Carreira Docente e, naturalmente, esse é um compromisso que mantemos com os docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico. A proposta foi feita

tendo em consideração a uniformização das reduções da componente letiva para os educadores e para os professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

4. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E SOLIDÁRIO

A) Trata-se de um princípio de igualdade, como tal, a resposta só poderia ser positiva, até porque as IPSS são financiadas pela Região e não faz nenhum sentido este tratamento desigual.

B) Trata-se de um princípio de igualdade, como tal, a resposta só poderia ser positiva. A nossa proposta será sempre desenhada tendo como objetivo a redução da componente letiva e não o pagamento de compensações pecuniárias, pois, assim, esta medida terá como efeito a diminuição do desemprego docente e da precariedade.

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A) Sem dúvida, temos vindo a fazê-lo ao longo dos anos e julgamos que o Sistema Educativo Regional necessita urgentemente que esse reforço seja concretizado. À Escola tudo se tem exigido e pouco lhe tem sido fornecido e, no caso da Intervenção Precoce, o investimento que deve ser feito vai superar os custos do insucesso e do abandono escolar. É sempre mais barato educar do que reeducar.

B) A Escola de hoje, que queremos inclusiva, não pode nem deve contar apenas com os tradicionais educadores e professores. A necessidade das Unidades Orgânicas serem dotadas de docentes especializados, mais do que quadros técnicos, pois entendemos que devem ser docentes especializados a assumirem as diferentes valências que referem na introdução a esta questão, ou seja, quem ensina deve ter como formação académica base as ciências de educação acrescida depois de formação especializada. Julgamos, contudo, que algumas necessidades só poderão ser colmatadas com quadros especializados, por conseguinte, temos maleabilidade para discutir e refletir sobre o modelo.

Quanto ao reforço, certamente que assumimos o desafio que o SPRA nos faz e comprometemo-nos a apresentar ou apoiar iniciativas que respondam a esta necessidade por demais evidente.

6. CONCURSOS DE PESSOAL DOCENTE

A) Sem dúvida! Está certamente presente na memória de todos os educadores e professores a discussão da proposta de alteração ao DLR n.º 22/2012/A, de 30 de Maio, que o deputado eleito pela candida-

tura da CDU na presente legislatura levou à discussão na sessão plenária de Julho de 2016, em que, para além de outras alterações, se propunha a reposição da anualidade dos concursos. Proposta que o PS votou contra, sem que se percebesse porquê, ou melhor fez uso musculado e cego da sua maioria absoluta.

Esta proposta será retomada logo após a tomada de posse do próximo Parlamento Regional. Bom será, para que ela possa fazer vencimento, que, na próxima legislatura, não haja lugar para maiorias absolutas. ●



PPM – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A) Sim! O PPM defende a manutenção do atual regime de gestão e administração escolar na Região Autónoma dos Açores (o modelo de gestão democrática). Aliás, o PPM introduziu dezenas de alterações no âmbito da última alteração ao regime de gestão e administração escolar.

No sentido de aprofundar as características democráticas do atual regime de gestão e administração escolar na Região Autónoma dos Açores, o PPM propôs a limitação de mandatos dos membros do Conselho Executivo. Pretendia-se criar condições para renovar as lideranças escolares. O PS chumbou inicialmente a iniciativa, mas aprovou depois uma iniciativa do Governo Regional de igual teor.

O PPM discorda, no entanto, da possibilidade dos Coordenadores de Núcleo da Educação Especial e dos Diretores de Turma deixarem de ser nomeados pelos Conselhos Executivos. Consideramos que os Conselhos Executivos estão mandatados democraticamente para efetuarem essas escolhas e que é vantajoso que o possam fazer. A nossa prioridade é diminuir o nível de burocracia no âmbito da gestão escolar e agilizar procedimentos.

2. DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A) Sim! Essa é, aliás, a posição que temos vindo a sustentar politicamente. Esta matéria fará parte das nossas exigências no âmbito da negociação de uma hipotética viabilização de um futuro Governo Regional

que não disponha do apoio político de uma maioria parlamentar absoluta.

B) Sim! É uma injustiça que pretendemos corrigir o mais depressa possível. As sucessivas maiorias absolutas do PS têm inviabilizado qualquer avanço nesta matéria.

3. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A) Claro! A manutenção desta discriminação em relação aos docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico não tem qualquer justificação pedagógica.

B) Sim! Exatamente pelo mesmo motivo descrito na resposta anterior.

4. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E SOLIDÁRIO

A) Não estamos em condições de assumir esse compromisso.

B) Não estamos em condições de assumir esse compromisso.

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A) Sim! Assumimos esta matéria como algo prioritário.

B) Sim! Pela razão atrás referenciada.

6. CONCURSOS DE PESSOAL DOCENTE

A) Sim! O PPM defendeu sempre, ao longo da atual legislatura, a reposição da periodicidade anual para todas as fases de concurso. ●